



# SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

## 11/02/2022



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

### **Economia dá sinais positivos no fim de 2021, mas analistas veem perda de ritmo em 2022**

O desempenho do setor de serviços acima do esperado em dezembro aponta para um cenário de atividade econômica mais aquecida no país no final de 2021, dizem analistas.

Segundo eles, a alta de 1,4% no volume do setor, na comparação com novembro, reforça as apostas de PIB (Produto Interno Bruto) com variação positiva no quarto trimestre do ano passado.

O quadro, porém, ainda está longe de causar empolgação. Há risco de a atividade econômica perder fôlego já no primeiro trimestre de 2022, apontam analistas.

O que causa preocupação neste início de ano é a combinação entre juros mais altos, cujos efeitos tendem a ser intensificados, e inflação persistente. Em conjunto, os fatores jogam contra o consumo e os investimentos produtivos.

"Os dados de serviços mostraram um cenário um pouco melhor do que o esperado para o final do ano passado", diz a economista-chefe do Banco Inter, Rafaela Vitoria.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 11 de fevereiro.

### **Bancada feminina defende ratificação de convenção internacional que combate assédio no trabalho**

A Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados se mobiliza pela ratificação da Convenção 190, da Organização Internacional do Trabalho, que combate a violência e o assédio no mundo do trabalho.

O texto defende o direito das pessoas a um mundo de trabalho livre de violência e assédio, e define, pela primeira vez, em âmbito internacional, o que se entende por esses termos.

A procuradora da Mulher na Câmara, deputada Tereza Nelma (PSDB-AL), afirma que é preciso fazer uma campanha global. "A OIT está fazendo no mundo inteiro essa campanha que visa mobilizar governos, organizações de empregadores e trabalhadores, sociedade civil e empresas do setor privado, bem como formuladores de políticas, empresas e parceiros", afirma a parlamentar.

"A violência e o assédio no trabalho podem assumir diversas formas e causar danos físicos, psicológicos, sexuais e econômicos", alerta Tereza Nelma.

O Poder Executivo deve assinar a convenção e encaminhar ao Congresso Nacional uma mensagem para ratificação, o que está previsto para março.

Saiba mais em: CNTI, sexta-feira 11 de fevereiro.

### **Arrecadação com contribuição sindical caiu 97,5% desde 2017**

A arrecadação das entidades com a contribuição sindical somou R\$ 65,5 milhões em 2021. Esse valor é 97,5% inferior ao registrado em 2017, último ano que o pagamento foi obrigatório. Os dados são do Ministério do Trabalho.

O pagamento se tornou facultativo com a reforma trabalhista. Os efeitos da nova legislação começaram a valer em novembro de 2017, no governo de Michel Temer. Naquele ano, a contribuição sindical somou R\$ 3,05 bilhões.

No governo Jair Bolsonaro, em março de 2019, o Palácio do Planalto enviou a MP 873 que proibia desconto em folha da contribuição sindical e exigia pagamento via boleto. A justificativa era combater ações de sindicatos na Justiça. A MP não andou no Congresso e perdeu validade em julho daquele ano. Os pagamentos seguiram em queda mesmo assim.

O pagamento de contribuição sindical caiu em todos os anos desde 2017. Passou de R\$ 76,8 milhões em 2020 para R\$ 65,5 milhões em 2021, uma queda de 14,6%. Os sindicatos, federações, confederações e centrais de trabalhadores detinham 73% da arrecadação sindical total em 2017. O percentual caiu para 34% em 2021.

As entidades sindicais de empresas tiveram queda de 94,6% na arrecadação com contribuição sindical no período pós-reforma trabalhista. Passou de R\$ 812,7 milhões em 2017 para R\$ 44,05 milhões em 2021.

Saiba mais em: CNTI, sexta-feira 11 de fevereiro.

## Setor de serviços tem alta de 10,9% em 2021 e supera perdas de 2020, diz IBGE

Após amargar queda recorde de 7,8% em 2020, o volume do setor de serviços voltou a crescer no Brasil, com alta de 10,9% em 2021, informou nesta quinta-feira (10) o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Em termos percentuais, a elevação é a maior da série histórica, iniciada em 2012.

Conforme Rodrigo Lobo, gerente da pesquisa do IBGE, a alta de dois dígitos é explicada em boa parte pela base de comparação fragilizada, já que o setor foi o mais impactado em 2020 pela chegada da pandemia, na comparação com indústria e comércio.

Na avaliação do pesquisador, isso acabou gerando uma espécie de atraso para a recuperação das perdas do setor, o que ocorreu em 2021.

"O setor de serviços foi mais impactado pelo início da pandemia por conta do caráter presencial de algumas atividades", disse. "A base de comparação é bastante deprimida", acrescentou.

Com o resultado de dezembro, o segmento ficou 6,6% acima do patamar pré-pandemia, registrado em fevereiro de 2020. Também alcançou o maior nível desde agosto de 2015. Contudo, ainda está 5,6% abaixo do recorde da série, registrado em novembro de 2014.

O setor de serviços envolve uma grande variedade de negócios, de bares e restaurantes a instituições financeiras, de tecnologia e de ensino. Também é o principal empregador no país.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 11 de fevereiro.

## Congresso promulga PEC que inclui proteção de dados como direito fundamental

O Congresso Nacional promulgou nesta quinta-feira (10) a PEC (proposta de emenda à Constituição) que inclui a proteção de dados como um direito fundamental.

A promulgação ocorreu durante uma solenidade que contou com a participação do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), não compareceu.

"As informações, por assim dizer, voam à velocidade da luz e as novas tecnologias, como a revolucionária inteligência artificial, são capazes de descrever e prever comportamentos e interesses coletivos e individuais com grande precisão. Desse modo, faz-se imperativo na modernidade que tenhamos, no Brasil, um preceito com força constitucional que deixe muito patente nosso compromisso de nação com o valor inegociável da liberdade individual", disse Pacheco.

A PEC havia encerrado a sua tramitação em outubro do ano passado, quando foi aprovada pelo Senado Federal. Ela passou com amplo apoio dos parlamentares, em ambas as Casas legislativas.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 11 de fevereiro.

## Ligação seca entre Santos e Guarujá vira embate entre Estado e União

A construção da ligação seca entre Santos e Guarujá virou o centro de um embate, nesta quinta (10), entre o Governo de São Paulo e o Governo Federal. Pela manhã, o governador João Doria (PSDB) afirmou que o Estado irá à Justiça se não receber autorização da União até março para a ponte ligando as cidades. À tarde, o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, foi categórico ao afirmar que o projeto a ser adotado será o túnel.

"A obra está aprovada ambientalmente, estruturalmente e do ponto de vista de engenharia aguarda o quê? Autorização do Governo Federal. Há quase um ano essa obra poderia ter sido iniciada. Só há uma razão para o Governo Federal não ter liberado: a razão política. Então é uma decepção para todos nós, diante do esforço que fizemos. Se não tiver uma solução em relação a isso até o final do mês de março, nós vamos judicializar a questão", disse o governador.

Ainda segundo ele, o Estado irá "até o limite para defender o projeto que está aprovado e a população espera". A falta de diálogo entre São Paulo e Brasília já havia sido criticada na semana passada pelo secretário estadual de Logística e Transportes, João Octaviano Machado Neto.

Ainda de acordo com o Estado, as obras têm prazo previsto de 36 meses e devem gerar cerca de 4 mil empregos diretos e indiretos. A ponte seria feita em parceria com a concessionária Ecovias. Segundo o Governo Paulista, o projeto foi atestado pelo Laboratório de Engenharia Naval da USP e pelo Comando da Aeronáutica, que garantiram não haver prejuízos às operações do Porto de Santos e do Aeroporto de Guarujá.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 11 de fevereiro.